



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

- O transporte escolar cumpre uma função essencial no acesso livre e democrático à escolaridade, na medida em que garante o acesso à escola dos alunos que, morando longe da mesma e ou não tendo meios próprios para se deslocar, de outro modo ficariam impossibilitados de a frequentar. Ora, o transporte escolar no concelho de Setúbal é da responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal, que deve assegurar-se que o serviço é oferecido a todos os alunos que dele necessitem, sendo os custos em parte suportados através de verbas enviadas à Câmara Municipal pela tutela ministerial.

- Chegaram ao conhecimento dos Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP, abaixo-assinados, informações sobre a existência de dívidas da Câmara Municipal de Setúbal à empresa Transportes Sul do Tejo (TST), o que brevemente impossibilitará o funcionamento dos serviços de transporte escolar, prejudicando assim milhares de alunos do concelho. De resto, são já muitas as escolas e agrupamentos de escolas que têm procurado informar os pais e os encarregados de educação desta situação, antevendo-se que, logo após as férias escolares da Páscoa, a situação possa tornar-se caótica e possa resultar no facto de muitos alunos ficarem sem forma de frequentar a sua escola.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Educação e Ciência, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1 – Tem o Ministério da Educação e Ciência conhecimento desta situação, que pode prejudicar milhares de alunos no concelho de Setúbal?**

**2 – Apesar de se tratar de uma competência da autarquia, está o Ministério da Educação e Ciência a acompanhar a situação, prestando o apoio solicitado, de modo a garantir que os alunos não ficam privados de transporte escolar?**

Palácio de São Bento, quinta-feira, 21 de Março de 2013

Deputado(a)s

JOÃO PAULO VIEGAS(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

MICHAEL SEUFERT(CDS-PP)

INÊS TEOTÓNIO PEREIRA(CDS-PP)

JOSÉ RIBEIRO E CASTRO(CDS-PP)

ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)